

**Ata da 6ª (sexta) Reunião do Comitê Gestor do Garantia Safra, Secretaria de Agricultura Familiar, realizada no dia 30 de julho de 2004.**

1 Aos 30 (trinta) dias do mês de julho do ano de 2004 (dois mil e quatro), no Ministério do  
2 Desenvolvimento Agrário, cito no SBN Ed. Palácio do Desenvolvimento, na cidade de  
3 Brasília, Distrito Federal, realizou-se a 6ª (sexta) Reunião do Comitê Gestor do Garantia  
4 Safra, sob a presidência de **Aloísio Lopes Pereira de Melo**, Coordenador Geral Gestor  
5 do Garantia Safra, Secretaria de Agricultura Familiar. Estiveram presentes, os seguintes  
6 membros do Comitê: **Abdon Jordão Filho**, representante da Bahia (suplente); **Antônio**  
7 **Ronaldo Fernandes**, representante do Rio Grande do Norte(suplente); **Albanita**  
8 **Peixoto Paes Silva**, representante de Pernambuco (suplente); **Antônio Carlos Ferreira**  
9 **de Melo**, representante da Paraíba (suplente); **Jorge da Costa Vicente**, representante  
10 de Minas Gerais (suplente); **José de Arimatea Gonçalves**, representante do Ceará  
11 (suplente); **José Antônio dos Santos**, representante de Alagoas (suplente); **Matias**  
12 **Ribeiro Cabral**, representante do Piauí; **Érico Leonardo Feltrin** representante da Casa  
13 Civil (suplente); Sr. **Sílvio Carlos do Amaral e Silva** representante do Ministério do  
14 Planejamento, Orçamento e Gestão; **Luís Henrique S. Lopes**, representante do  
15 Ministério da Integração Nacional (suplente); **Jader de Oliveira**, representante do  
16 Ministério do Desenvolvimento Social (suplente); **Maria Luíza Falcão Silva**,  
17 representante da EMBRAPA; **Sílvia Sabino**, representante da ADENE; **Nelson**  
18 **Anacleto e Antonio Clarindo** (suplente), representantes da ASA BRASIL. Acompanhou  
19 também a reunião os Senhores: **Márcio Galvão Fonseca**, **João Cláudio C. Oliveira e**  
20 **Alexandre Milton Minael**, representantes da Caixa Econômica Federal; **Cilair**  
21 **Rodrigues**, Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério do  
22 Desenvolvimento Agrário; **Ludgério Monteiro**, representante da Confederação Nacional  
23 dos Municípios; **Paulo Polese**, representante da CONTAG; **Edisson João Alves** do  
24 Ministério da Agricultura; **Cláudio Menezes Lima**, representante do Estado de Sergipe;  
25 bem como os componentes da equipe do Garantia Safra: Alexandre Pires Domingues;  
26 Fábio Alves, Luciana Dinah Ribeiro, Helbert Danilo de Sá, Vanda Regina Araújo Coelho.  
27 Usou da palavra o Presidente, para informar a pauta da reunião e em seguida solicitou a  
28 todos que se apresentassem, começando por ele próprio, apresentou os representantes  
29 da ASA e do MDS, que pela primeira vez participam da reunião, assim como a Sra.   
30 Sílvia, da ADENE, e deu as boas-vindas a todos. Após, manifestou-se o sr Abdon  
31 Jordão, propondo correções de texto da ata anterior, o que foi registrado pelo Sr. Aloísio,  
32 que em seguida colocou em votação a aprovação desta, sendo a mesma aprovada com  
33 uma abstenção. O presidente passou a palavra para o Sr. Cilair apresentar alguns



34 informes quanto à questão orçamentária do governo federal, o Sr. Cilair pediu desculpas  
35 pelo atraso da proposta orçamentária e disse que não só o seu Ministério estava  
36 atrasado, mas o governo federal como um todo e, além de outras informações, disse  
37 que, com a proposta orçamentária, se aprovada, poder-se-ia contar com aquele recurso,  
38 diferentemente de outras ações, que podem ser contingenciadas, além de afirmar que o  
39 ministério enviou, inicialmente, uma proposta de 550 mil famílias, mas houve uma  
40 redução para 459 mil famílias, que é a meta física da proposta ainda pendente de  
41 assinatura pelo Presidente da República, o que significa dizer não se tratar de um teto  
42 mas um piso, e depende da aprovação pelo presidente para se saber qual será na  
43 verdade o número de vagas, segundo informou, dentro do PPA o número de cotas seria  
44 em torno de 800 mil. Continuou o Sr. Cilair, detalhando dados sobre o aporte de recursos  
45 da União para cobrir sinistros e a questão das variações climáticas relacionadas a esses  
46 sinistros. O presidente passou a palavra à Sra. Sílvia Sabino, que pediu esclarecimentos  
47 quanto à expectativa de prazo para a sanção presidencial da proposta orçamentária, o  
48 Sr. Cilair respondeu que havia, sim, um prazo legal e que o presidente não pode  
49 extrapolar esses prazos, sob pena de voltar ao Congresso para que aquela Casa  
50 sancione. O presidente passou à palavra ao Sr. Alexandre, da Equipe do Garantia Safra,  
51 para uma atualização do balanço da Safra 2002/2003, informes e dados da execução da  
52 safra em curso (2003/2004), apontando os municípios que aderiram na Safra 2002/2003  
53 e hoje estão adimplentes. O Sr. Aloísio explicou o processo que, o município, primeiro  
54 assina o termo de adesão e de acordo com o número de agricultores aderidos, faz os  
55 depósitos parcelados. O presidente explicou que, às vezes, ocorre de determinado  
56 município assinar a adesão e depois desistir, e que as cotas do município desistente não  
57 são utilizadas por outros municípios, razão pela qual sugeria que o Comitê  
58 recomendasse algum tipo de medida ou procedimento a fim de evitar que tal situação se  
59 repita, inclusive solicitando aos estados informação quanto aos municípios que aderiram  
60 e não implementaram, a Sra. Sílvia Sabino ressaltou que só o fato de registrar o  
61 município que aderiu e não implementou pode penalizar outras questões relacionadas, e  
62 há inclusive questões como enchentes que podem influenciar que o município entre ou  
63 não e que a questão da cota é pertinente, mas não se sabe como contornar a questão  
64 da avaliação para o próximo ano. O Sr. Nelson Anacleto, representante da ASA Brasil,  
65 afirmou concordar com a punição para o município que não cumpre as regras,   
66 ressaltando que as informações devem chegar aos movimentos sociais dos municípios  
67 por meio de instâncias superiores como a CONTAG e que a irresponsabilidade de um  
68 gestor não pode punir os agricultores. Sugeriu que as cotas não utilizadas por



69 determinado município fossem utilizadas por outros municípios do mesmo estado. O Sr.  
70 Alexandre apresentou tabela demonstrando a posição financeira do fundo em relação à  
71 Safra 2003/2004 e passou a palavra à Sra. Luciana, que apresentou um perfil do  
72 potencial beneficiário da Safra 2002/2003, ressaltando que 53% dos inscritos foram  
73 homens e 47% mulheres, além de trazer números econômicos-sociais desses inscritos,  
74 como, por exemplo, faixa etária e renda. O Sr. Aloísio retomou a palavra para falar sobre  
75 os aportes feitos para a Safra 2003/2004, destacando que o Estado de Minas Gerais  
76 teve problemas com relação à informação finalizada do número de agricultores, havendo  
77 uma pequena diferença e solicitou que a situação daquele estado fosse regularizada o  
78 mais rápido possível, além de explicar que todos os estados estão atrasados em seus  
79 pagamentos e, via de regra, todos seriam considerados inadimplentes, motivo pelo qual  
80 não haveria condições de iniciar o pagamento em qualquer um dos estados que  
81 estivessem nessa situação. Feito isso, cada um dos representantes deu um panorama  
82 da situação dos aportes municipais em seu Estado. Sr. Arimatea discorreu que no Ceará  
83 foi feito um calendário dos aportes municipais com a primeira parcela em abril, além de  
84 destacar que atualmente alguns municípios ainda estão atrasados com o pagamento de  
85 parcelas posteriores. O Sr. Jorge, representante do Estado de Minas Gerais, explicou  
86 que houve problemas relacionados a divergência no número de agricultores aderidos  
87 com os arquivo retorno de pagamentos do Banco do Brasil, e por isso o Estado ainda  
88 não havia efetuado o primeiro depósito referente à contribuição dos municípios e do  
89 Estado. O Sr. Aloísio informou que, com relação ao problema apresentado, seria  
90 necessário identificar os 405 aportes cujos municípios de origem não se conseguiu  
91 identificar. O Sr. Ronaldo, representante do Estado do Rio Grande do Norte, afirmou que  
92 dos 15 municípios que assinaram o Termo de Adesão, somente 7 efetivamente  
93 concluíram as etapas, num total de 3.156 agricultores. O representante do Estado de  
94 Sergipe discorreu sobre a situação do seu estado, explicando a metodologia adotada e  
95 afirmando que não houve ali qualquer problema de inadimplência. Logo após o Sr. José  
96 Antonio dos Santos, representante de Alagoas, discorreu que, dos 35 municípios  
97 potenciais, 25 assinaram o Termo de Adesão, porém, somente 13 municípios  
98 completaram todo o processo. Os aportes municipais em Alagoas estavam atrasados  
99 porque os Termos de Adesão ainda não foram assinados pelo Governador. A Sra.  
100 Albanita Peixoto, representante de Pernambuco, colocou que a primeira parcela dos  
101 aportes municipais foi programada para o mês de julho, sendo os aportes divididos em 5  
102 parcelas. A demora na programação em Pernambuco deveu-se ao atraso na assinatura  
103 dos Termos de Adesão pelo Governador, devido ao questionamento da Procuradoria

104 Geral do Estado sobre a redação e a cobertura do programa em questão. Por fim,  
105 ressaltou que a taxa pelo serviço de recolhimento dos boletos dos agricultores cobrada  
106 pela CAIXA foi por demais elevada, além de automática, o que levou o Estado a ter que  
107 recompor parte dos recursos depositados na conta estadual. Segundo o Sr. Matias,  
108 representante do Estado do Piauí, o cronograma previa três parcelas para os aportes  
109 municipais, começando em Julho, porém ocorreram atrasos, e em vista disso, o Estado  
110 enviou comunicação para todos os municípios solicitando que não ultrapassassem  
111 Setembro. Conforme o Sr. Abdon, representante da Bahia, foram 20 os municípios  
112 aderidos, com um cronograma de 4 parcelas para os aportes, com primeira em Julho. O  
113 Sr. Antonio Carlos, representante da Paraíba, informou que a primeira parcela do aporte  
114 estadual, prevista para maio, foi feita em junho, e as demais, de junho e julho já estão  
115 empenhadas, com o pagamento previsto para início de Agosto. Fechando a rodada de  
116 apresentação da situação dos Estados, o Sr. Aloísio ressaltou a importância deste  
117 espaço para sabermos como está a situação da implementação em cada Estado. O Sr.  
118 Paulo Polese, representante da CONTAG, falou sobre a integração Estado, o  
119 Município e a União. O Sr. Aloísio respondeu que é reconhecida a importância da  
120 participação de todos e seria tentada uma rodada de discussão com integração das  
121 organizações. Logo em seguida, o Sr. Antonio Clarindo, representante da ASA Brasil,  
122 falou da importância de participar pela primeira vez das discussões, solicitou que todas  
123 as informações fossem disponibilizadas para a ASA. Em seguida, o Sr. Arimatea pediu a  
124 palavra para falar sobre a pauta de Reivindicações do Grito da Terra do Ceará, ao que o  
125 Sr. Aloísio ponderou, dada a importância do tema e o pouco tempo, fosse aberto um  
126 espaço para discussão do assunto no início da tarde. Após o café, o Sr. Aloísio passou a  
127 palavra ao Dr. Jackson, da Secretaria de Agricultura Familiar, para falar sobre  
128 monitoramento e suporte ao sistema, tendo ele se proposto a anotar as análises críticas  
129 de cada um sobre as dificuldades e limitações sentidas no campo quanto à utilização do  
130 software do Programa. O Sr. Arimatea falou sobre as dificuldades quanto à utilização do  
131 software no Ceará, principalmente quanto ao boleto, o que foi reforçado pela Sra.  
132 Albanita, de Pernambuco e pelos Srs. Matias, do Piauí e José Antonio, de Alagoas. O  
133 Sr. Jackson esclareceu que houve um esforço para capacitar o pessoal do campo, mas  
134 reconhece que o tempo foi escasso e há uma certa heterogeneidade de entendimento e  
135 domínio da tecnologia, apesar de se tentar fazer um aplicativo o mais simples possível,  
136 mas há que se estabelecer alguns padrões para evitar problemas. Quanto à emissão do  
137 boleto, anotou as observações do Sr. Arimatea, comprometeu analisar cada uma delas.  
138 Informando em seguida que já estuda junto à Caixa Econômica a possibilidade de

139 emissão dos boletos pelos estados e municípios e se for possível será implementada. O  
140 Sr. Aloísio disse que havia uma certa preocupação em desenvolver um aplicativo para a  
141 inscrição, e que hoje está consolidado, mas há alguns ajustes a serem feitos e que há  
142 uma mudança importante no sentido de que aqueles municípios que já fizeram a  
143 inscrição e têm a base de dados de agricultores, não precisariam abrir inscrição nem  
144 digitar novamente, o que irá diminuir a carga de trabalho e os problemas, podendo  
145 resgatar dados de 2003/2004, por exemplo, além de informar que as folhas de  
146 pagamento geradas a cada mês, é disponibilizada no site a listagem atualizada dos  
147 beneficiários em cada município. Logo após, o Sr. Helbert falou sobre o problema vivido  
148 em alguns municípios, quando determinada pessoa é capacitada e, logo em seguida,  
149 muda de função, leva o manual e deixa em seu lugar alguém que não sabe praticamente  
150 nada, sugeriu que as prefeituras enviassem pessoas que realmente ficarão à frente do  
151 processo nos municípios. O Sr. Cláudio Lima, representante de Sergipe, reforçou as  
152 palavras do Sr. Helbert e parabenizou a equipe do Garantia Safra. O Sr. Aloísio  
153 agradeceu as referencias elogiosas e passou a palavra ao Sr. Fernando Bittencourt, que  
154 solicitou a todos que mandassem informações relatando a situação de seus municípios  
155 com relação à Internet, para que servisse de parâmetro à implantação de algumas  
156 mudanças. Encerrado o tema do Sistema Informatizado, a Sra. Luciana Ribeiro informou  
157 que está sendo iniciada uma conversa entre o MDA e a Caixa Econômica Federal, no  
158 sentido de substituir as contas estaduais e os aportes entrarem direto no Fundo, em  
159 razão de queixas com relação as tarifas cobradas nos contratos estaduais e a  
160 necessidade de padronização do código do boleto. Nesta proposta há a possibilidade da  
161 CAIXA emitir boletos para cobrança dos aportes dos municípios e dos estados. O Sr.  
162 Márcio Galvão, representante da Caixa, reforçou as palavras da Sra. Luciana, e disse  
163 que as conversas com a Caixa estavam adiantadas. Referente ao preço das tarifas,  
164 esclareceu que a Caixa Econômica tem preços padronizados e tabelados, mas está  
165 avaliando a possibilidade de haver preços diferenciados. O Sr. Arimatea sugeriu que o  
166 estado só venha a emitir o boleto de pagamento quando encerrado o prazo de  
167 contribuições municipais, ao que o Sr. Aloísio respondeu que tal proposta se encontra  
168 em fase de negociação, mas só se terá condições de saber quanto o município irá  
169 aportar após consolidar quantos agricultores realmente aderiram. O Sr. Abdon colocou  
170 sua preocupação referente ao fluxo de informações, que embora os recursos venham a  
171 entrar diretamente no Fundo, era importante que o Estado tivesse acesso a todas as  
172 informações. Após, a Sra. Albanita, representante de Pernambuco, ressaltou a  
173 necessidade de se cobrar taxas mais baixas, relatando que em seu Estado, de outubro

174 até julho, foram R\$30 mil só de taxas. Em vista disso, o Sr. Aloísio disse que era  
175 importante, no caso de se assinar um contrato nacional de arrecadação da contribuição  
176 do agricultor, que fossem revistas as taxas. E, quanto ao Sr. Abdon, as suas  
177 preocupações eram totalmente pertinentes, e a mudança no fluxo dos recursos não  
178 interferiria na necessidade da difusão da informação. Dando início aos trabalhos na parte  
179 da tarde, o Sr. Aloísio Melo registrou a presença dos senhores Sílvio Carlos,  
180 representante do Ministério do Planejamento, e Edisson, do Ministério da Agricultura,  
181 além dos colegas Márcia e Rafael, especialistas em políticas públicas, que ingressaram  
182 no último concurso. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Arimatea, para um informe  
183 sobre as reivindicações do Grito da Terra do Estado do Ceará e questões relativas ao  
184 Garantia Safra. O Sr. Arimatéia explicou que foi incumbido pela FETRACE de levar  
185 resposta sobre quando o Garantia-Safra começará a pagar os benefícios dos sinistros  
186 ocorridos, com o pedido de que se agilizasse ações nesse sentido, por que se forem  
187 cumpridos os trâmites previstos, o prazo seria muito extenso, além de trazer propostas  
188 do MST no sentido de que os municípios inadimplentes sofressem sanções no repasse  
189 de outros benefícios federais e que fossem realizados seminários regionais para os  
190 prefeitos sobre os mecanismos da cobrança. O senhor Aloísio Melo, logo após, falou os  
191 pré-requisitos para o reconhecimento do estado de emergência, mecanismos para  
192 penalização de municípios e sobre a questão de se criar seminários regionais. Em  
193 seguida, o Sr. Ronaldo, representante do estado do Rio Grande do Norte, falou sobre a  
194 necessidade de um marketing institucional para o Garantia-Safra, ao que o Sr. Aloísio  
195 reconheceu ser uma questão importante, mas que deveria ser melhor discutida com os  
196 estados, dada a sua complexidade e, logo após uma breve explanação sobre a  
197 regulamentação do estado de emergência, passou a palavra ao Dr. Edisson para uma  
198 apresentação sobre zoneamento agrícola e monitoramento da estiagem, tendo ele feito  
199 longa explanação sobre os resultados alcançados, sendo que 95% dos municípios foram  
200 atingidos e em todos eles houve decréscimo de perdas, além de explicar as tecnologias  
201 utilizadas para que isso fosse alcançado, inclusive para salvar lavouras e evitar o  
202 problema de decretação de estado de emergência. Em seguida, o Sr. Aloísio ressaltou a  
203 importância do Zoneamento e acrescentou que, se está buscando ter mais um parâmetro  
204 de informação para orientar onde deve haver verificação de perda, e no médio prazo,  
205 implementar um sistema de acompanhamento de eventos climáticos, que venha a  
206 substituir a decretação de situação de emergência. Por fim, o Sr. Aloísio, colocou que  
207 teria que se ausentar, e que o Sr. Fábio assumiria a coordenação. Além disso, esta seria  
208 a última reunião em que presidiria o Comitê em função de sua mudança de órgão.



209 Agradeceu a todos. Após a saída do Sr. Aloísio, a Sra. Sílvia fez uso da palavra para  
210 falar da necessidade de uma sinergia entre as entidades, até porque são poucos os  
211 recursos, sugerindo que fossem pensadas as ZAPes e MAPA no sentido de que as  
212 decisões fossem fundamentadas em questões técnicas e não políticas. Dando início a  
213 discussão das Resoluções previstas em pauta, o Sr. Fabio, abriu o debate referente a  
214 Resolução de 'Novas Culturas', destacando que não se está falando em cobertura de  
215 novas culturas, mas em acrescentar mais um item de priorização no processo de seleção  
216 dos agricultores. O Sr. Helbert da equipe do Garantia-Safra, deu início à apresentação  
217 da Resolução, reforçando a fala do Sr. Fábio, quanto a inclusão de novas culturas no  
218 programa apenas como critério de priorização, porém, mostrou-se preocupado caso a  
219 Resolução fosse aprovada agora, dada às condições operacionais no campo. Esclareceu  
220 ainda que, inicialmente fez um levantamento em cada estado, no sentido de verificar  
221 quais políticas existem para fomentar a inclusão de novas culturas dentro de um critério  
222 de agregação de valores e sustentabilidade, porém o resultado não foi satisfatório, pois  
223 não há uma política definida nos estados quanto a quantidade de sementes a ser  
224 distribuída, assistência técnica necessária e comercialização da produção. O que o faz  
225 pensar que essa inclusão tal como está proposta, se tornaria uma letra morta na Lei,  
226 com poucas chances de sustentabilidade, sugeriu aos membros do Comitê que  
227 repensassem mais sobre o assunto e com maior embasamento retomasse a discussão.  
228 Com relação à questão distribuição de sementes, manifestou-se o Sr. Antonio Carlos,  
229 representante da Paraíba, informando que existe um problema sério de falta de semente  
230 na sua região, o que obriga a aquisição desse produto em outros estados, mas a  
231 geminação é muito baixa. O Sr. Fábio Alves, disse que seria complicado aprovar a  
232 Resolução na base do achismo e propôs que fosse revista a parte das ofertas dos  
233 estados antes de se passar ao texto da mesma, mas manifestou sua preocupação com o  
234 fato de que se fossem incluídas novas culturas, elas não seriam cobertas, mas vão servir  
235 de priorização, e que algumas plantações são vulneráveis às questões climáticas quando  
236 a lei do Garantia Safra assegura benefícios somente em caso da perda do município se  
237 for acima de 50%, motivo pelo qual se pretende colocar novas culturas cobertas pelo  
238 Garantia Safra com o objetivo de incentivar essas novas culturas, ou seja, a  
239 preocupação é de priorizar e não excluir. O Sr. Antonio Clarindo, representante da ASA  
240 Brasil, sugeriu que se aprovasse a Resolução, mas que se aprofundasse a discussão  
241 sobre ela. Após discussão acerca do tema, o Sr. Alexandre propôs que se vetasse o art.  
242 3º da Resolução e, conseqüentemente, todas as informações que chegam  
243 desestruturadas, forçando, assim, os estados a cumprirem o constante do Anexo II,

7

244 ficando padronizadas todas as informações. Houve nova discussão a respeito do  
245 assunto, havendo inclusive alguns informes de estados, sendo que ao final o Sr. Fábio  
246 propôs a votação no sentido de continuar a discussão das culturas, e foi aprovada a  
247 retirada da discussão de pauta, com uma abstenção. Partiu-se, então, para a discussão  
248 da próxima Resolução, sobre área mínima de plantio, tema apresentado pelo o Sr.  
249 Helbert; a respeito do texto da Resolução, Sr. Sílvio Carlos, representante do Ministério  
250 do Planejamento, Orçamento e Gestão, disse concordar com a Resolução, apenas  
251 sugerindo que fosse retirado o preciosismo do percentual de 98,61% e se mantivesse o  
252 percentual de 0,6%, com o que concordou o Sr. Jader, sugerindo fossem excluídas as  
253 duas últimas considerações do texto. Havendo questionamentos quanto à retirada dos  
254 considerandos. O Sr. Érico, representante da Casa Civil, questionou o critério para se  
255 chegar ao percentual de 0,6% e que fosse mudado para tarefa ao invés de hectare. O Sr.  
256 Fábio disse que a lei fala em hectare, mas propôs que fossem juntadas as duas  
257 propostas. Em seguida, foi aprovada a resolução sem abstenções. Seguindo a pauta, foi  
258 colocada em discussão a Resolução de cotas e valor do benefício para safra 2004/2005,  
259 apresentada pelo Sr. Alexandre, que explicou ter a proposta três dispositivos: definir o  
260 valor do benefício, definir a contrapartida do agricultor e definir o número de cotas que  
261 cada estado teria direito de implementar na próxima safra. Em seguida, esclareceu que  
262 na Safra de 2002/2003 fora aprovado o benefício de R\$ 475,00, com a contrapartida  
263 para o agricultor de R\$ 6,00 e para a Safra de 2003/2004 foi definido o benefício de R\$  
264 550,00 com a contrapartida de R\$ 5,50 para o agricultor, esclarecendo que a ponderação  
265 a ser feita seria no sentido de se se deve alargar a base dos agricultores ou se tentar  
266 chegar a um valor que seja razoável em termos de base e de benefício. O Sr. Fábio  
267 esclareceu que a intenção é de que o que for aprovado naquele momento sirva para  
268 garantir o recurso necessário para o valor do benefício mínimo para a meta estabelecida  
269 pela LDO, portanto, sirva de base para a proposta orçamentária do MDA. O Sr.  
270 Alexandre, após fazer alguns cálculos, alegou que seria algo em torno de R\$  
271 50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) para o orçamento da União de 2005, e que  
272 esse valor já estaria garantido pela LDO. Em seguida, o Sr. Fábio propôs que, primeiro  
273 fosse aprovado o corpo da Resolução, ou seja, os valores do benefício e da contribuição  
274 individual; e, uma vez aprovados esses valores, se partiria para a distribuição de cotas  
275 por estado. Foi então, aprovado o valor do benefício de R\$ 550,00 e o da contribuição de  
276 R\$ 5,50 sem nenhuma abstenção. Em seguida, discutiu-se a distribuição de cotas, sendo  
277 a mesma apresentada pelo Sr. Alexandre, explicando que a proposta inicial do  
278 Ministério levada ao Congresso Nacional, estabelecia o número de cotas em 550.000,



279 porém em virtude de deliberação do próprio Congresso, houve um corte reduzindo o  
280 valor para 459.798, esse seria um valor de piso, conforme LDO e já explicado na fala do  
281 Sr. Cilar , ao que o Sr. Alexandre sugeriu que o Comitê procurasse trabalhar com três  
282 possibilidades, quais sejam; trabalhar com a meta de 550.000 como já proposto  
283 inicialmente, ou estabelecer a meta de 459.798 aprovada pelo Congresso, levando em  
284 consideração esse valor como o piso, e por último, a possibilidade de se trabalhar com  
285 as demandas estaduais que serviria de base para se conseguir cotas adicionais no  
286 momento de discussão da proposta orçamentária dentro do Ministério. O Sr. Cláudio  
287 Lima, representante de Sergipe, interveio, defendendo a alternativa de trabalhar com  
288 uma proposta de distribuição de 550.000 cotas e assim criar mecanismo de pressão para  
289 que o piso seja elevado. O Sr. Arimatea, sugeriu que se trabalhasse também com a  
290 proposta sugerida pelo Ministério, o que foi endossado pelo representante do Ministério  
291 da Integração Nacional, Sr. Luís Henrique, uma vez que, segundo ele, seria uma forma  
292 de se pressionar o governo federal, no sentido de se fazer cumprir a ênfase dada por  
293 este governo à questão agrária e à agricultura familiar. Não havendo mais nenhum  
294 comentário a respeito do tema, o Sr. Fábio colocou em votação o texto da Resolução  
295 que propunha a meta de 550.000 famílias, sendo esta aprovada por unanimidade. Em  
296 seguida, o Sr. Alexandre, apresentou os critérios de distribuição de cotas para os  
297 estados, argumentando que por não ser possível atender a demanda total dos estados, e  
298 para não se fazer apenas um corte linear, a equipe considerou razoável levar em  
299 consideração alguns indicativos, tais como: o público potencial, a eficiência do programa  
300 em cada estado, a relação entre o público alvo e quantitativo efetuado por cada estado.  
301 Após a exposição e o esclarecimento de algumas dúvidas, a distribuição de cotas entre  
302 os Estados foi aprovado, com a ponderação de que caso meta global de cotas aprovada  
303 no Orçamento da União for diferente da aprovada pelo Comitê Gestor, usar-se-á os  
304 mesmos critérios de distribuição de cotas utilizadas para estabelecer a atual.. Em  
305 seguida, a Sra. Luciana apresentou a proposta de resolução a respeito do cronograma  
306 de implementação do Garantia-Safra 2004/2005. Após ajustes nos calendários da  
307 Paraíba, do Rio Grande do Norte e da Bahia, a resolução foi aprovada por unanimidade.  
308 Em seguida, o Sr. Fábio solicitou aos presentes sugestões para a pauta da próxima  
309 reunião do Comitê Gestor, ao que foram citadas a necessidade de continuar o debate  
310 sobre a inserção/priorização de novas culturas; a avaliação de mecanismos de  
311 cumprimento da implementação do programa pelos municípios, bem como de formas de  
312 agilização do processo de pagamento do benefício; e o estabelecimento de um  
313 zoneamento climático específico para o Nordeste. O Sr. Abdon pediu a palavra para

 9

314 registrar a importante contribuição do Sr. Aloísio, o qual estava se desligando do  
315 Ministério do Desenvolvimento Agrário, no processo de implantação e consolidação do  
316 Garantia-Safra. Terminadas as declarações, o Sr. Fábio Alves agradeceu a participação  
317 de todos os presentes e declarou encerrada a VI Reunião do Comitê Gestor do Garantia-  
318 Safra.

319

320

Sede do Ministério do Desenvolvimento Agrário

321

322

323

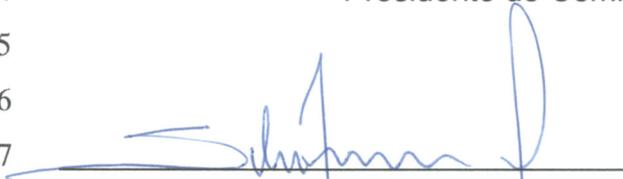
324

  
Presidente do Comitê Gestor do Garantia-Safra

325

326

327

  
Ministério do Planejamento, Orçamento  
e Gestão

  
Ministério da Integração  
Nacional

330

331

Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome

Ministério da Fazenda

333

334

Ministério da Agricultura, Pecuária e  
Abastecimento

Casa Civil da Presidência da  
República

337

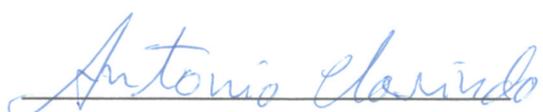
338

CONTAG

ADENE

340

341

  
ASA DO BRASIL

EMBRAPA

343

344

ASA DO BRASIL

  
ESTADO DE ALAGOAS

346

347

  
ESTADO DA BAHIA

  
ESTADO DO CEARÁ

348

349

350

351

352 ESTADO DE MINAS GERAIS

353

354

355 Albano Prado Beserra

356 ESTADO DE PERNAMBUCO

357

358

359

360 ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



ESTADO DA PARAÍBA



ESTADO PIAUÍ

ESTADO DE SERGIPE